

TRÁFICO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES*

Nilson Naves

RESUMO

Atenta para o crescente número de casos de tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes, envolvendo vítimas de faixa etária cada vez menor, causando, por conseguinte, grande repulsa à sociedade.

Ressalta que, não obstante a existência de normas jurídicas garantidoras do desenvolvimento saudável da criança e do adolescente, sua efetiva aplicação ainda se verifica bastante precária.

Afirma ser “inquietante” a situação econômica em que se inserem os menores explorados, considerados “excluídos” do processo de socialização, a quem se nega o acesso à alimentação adequada, moradia, escola e saúde.

Por fim, atribui ao Estado e às organizações internacionais o dever de buscar soluções, por meio do estabelecimento de metas conjuntas, no sentido de prevenir e coibir o tráfico e a exploração sexual infanto-juvenil, mormente no tocante ao Brasil e aos países europeus.

PALAVRAS-CHAVE

Criança; adolescente; tráfico; menor; abuso sexual; exploração; Estado.

* Conferência de abertura proferida no “I Seminário Nacional sobre o Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários, nos dias 17 e 18 de setembro de 2003, no Auditório do Superior Tribunal de Justiça, Brasília – DF.

Procedo à abertura do *I Seminário Nacional sobre Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* em momento no qual os meios de comunicação veiculam denúncias sobre a realização de orgias com a participação de meninas e adolescentes de dez a quinze anos. Não bastasse o fato de que há envolvimento direto de pessoas às quais caberia a defesa da integridade de todos os cidadãos, noticiam os jornalistas que, em alguns casos, as próprias mães intermedeiam a participação das filhas.

Em agosto de 2003, o Superior Tribunal de Justiça negou seguimento a recurso interposto por homem maior de sessenta anos julgado e condenado pelo aliciamento de menores de quatorze, aos quais pagava por favores sexuais. No Pará, médicos são condenados pela emasculação de nove meninos; dessas vítimas, seis não sobreviveram ao ato bárbaro.

Bem perto de nós, atos desumanos chocaram a população do Distrito Federal. Padrasto foi o autor de investida contra adolescente de doze anos; felizmente, não chegou a ser consumado o atentado. O mesmo desfecho não teve o caso de menina de apenas sete anos que foi estuprada e estrangulada por homem de 26 anos. A dureza de coração e os requintes de violência frustraram naquela adolescente a lembrança de uma vida feliz; na menina puseram fim à vida e ao sonho de crescer.

É provável que se esgotem os adjetivos que denotam a repulsa a tais condutas, mas a perversidade parece ser inesgotável: pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo revela que cem crianças morrem por dia no Brasil vítimas de maus-tratos – negligência, violência física, abuso sexual e psicológico.

São alguns exemplos – com tristeza, sabemos que os há em abundância –, mas cito-os como um preito à memória dessas e de outras crianças, cujo sofrimento e morte não podem ser esquecidos e sepultados juntamente com seus corpos ultrajados e dilacerados.

Assim, é apropriado afirmar que a motivação deste Seminário são infâncias abortadas e adolescências feridas. Infelicitando o presente dessa geração, rouba-se-lhes também o futuro. Como esperar que se tornem adultos psicologicamente saudáveis e fortes as crianças e os adolescentes aos quais se recusam dignidade,

Exatamente por sua dependência e fragilidade, crianças e adolescentes não eram considerados seres passíveis de direitos, e tal pensamento perdurou por muitos e longos séculos. Hoje não se admite haver algum grupo humano ao qual não caibam direitos fundamentais segundo suas necessidades. (...) Novas concepções de organização social vêm suplantando antigas estruturas, pois, afinal, estas nem por terem durado muito seriam mais perfeitas.

respeito, convivência familiar harmônica, sem violência ou opressão? (Recusa consubstanciada nas crianças e adolescentes prostituídos em garimpos, fronteiras, estradas e ruas das capitais, usados como objeto de pornografia, incluídos por empresas em pacotes turísticos como promessa de prazeres espúrios, traficados e vendidos como coisas para atuar em prostíbulos, violentados por pais, padrastos, tios e avós).

Aliciamento, orgias, tráfico, castaço, violência e morte – retalhos da triste história do abuso perpetrado contra crianças e adolescentes no mercado do sexo ou mesmo dentro da família, impondo-lhes uma dor precoce e profunda, além de ser uma violência contra sua integridade física e psicológica e obstáculo a seu desenvolvimento moral e sexual sadio.

Esse tipo de violência e exploração contra menores não é prerrogativa de nossos tempos, contudo é de estarrecer o número crescente de casos reportados, bem como a idade cada vez mais baixa das vítimas. Já há notícias de meninas e meninos de cinco a sete anos entre os que são submetidos a maus-tratos de nature-

za sexual. Como, muitas vezes, essa despudorada violência prolonga-se pelo medo e silêncio das vítimas, pode-se imaginar ser maior do que se pensa o número de ocorrências.

Outro aspecto recente do problema é o tráfico de seres humanos, incluindo-se crianças e adolescentes, com fins de obtenção de lucros pela comercialização do corpo. Afastadas de suas referências pessoais e culturais, ficam as indefesas criaturas à mercê dos criminosos. Cidadãos brasileiros menores de dezoito anos são levados para alguns países europeus e para nações contíguas, atraídos pela possibilidade de conseguir empregos rendosos, quando, na verdade, vão constituir uma nova modalidade de escravos, visto que serão prostituídos para pagar contas que crescem segundo a conveniência do credor.

Exatamente por sua dependência e fragilidade, crianças e adolescentes não eram considerados seres passíveis de direitos, e tal pensamento perdurou por muitos e longos séculos. Hoje não se admite haver algum grupo humano ao qual não caibam direitos fundamentais segundo suas necessidades. O surgimento de tais direitos ocorre desigualmente no tempo e no espaço, dependendo das circunstâncias sociopolíticas. Novas concepções de organização social vêm suplantando antigas estruturas, pois, afinal, estas nem por terem durado muito seriam mais perfeitas.

Entre nós, a preocupação de garantir os direitos reconhecidos à infância e à adolescência tem um marco em 1927, quando o Código de Mello Mattos consolidou toda a legislação sobre crianças, até então emanada de Portugal pelo Império e pela República. É mérito do Brasil ter sido o primeiro país da América Latina a ter um código sistemático de menores. Com a Constituição de 1988, tornou-se mais eloquente tal preocupação. Dispõe o art. 227 que *é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão*. Não foi diferente na esfera infraconstitucional; a Lei n. 8.069, de 1990, conhecida como “Estatuto da Criança e do Adolescente”, representa a adoção das doutrinas mais avançadas na defesa desses direitos.

Apesar de estarem previstas em normas jurídicas as condições para o desenvolvimento saudável das crianças e dos adolescentes, no dia-a-dia dos brasileiros a efetivação de seus direitos parece bem distante. Reportando-me ao art. 227 da Constituição e considerando o papel da família quanto ao cumprimento do dever que lhe incumbe, é lamentável admitir que, onde ocorre a exploração de crianças e adolescentes, são os familiares, por sua ação, omissão ou convivência, os que primeiro lucram com tal prática. Essa situação é responsável pela desestruturação das referências familiares, fenômeno recorrente na vida de quase todas as crianças vítimas de abusos.

Quanto ao cumprimento, pelos setores da sociedade, do dever de assegurar os direitos das crianças e adolescentes, parece-me não existirem melhores condições para tanto. Por paradoxal que seja, vive-se em uma sociedade que pretende educá-los para a cidadania responsável, para a integração em uma ordem social baseada em valores como honestidade, seriedade e integridade, contudo essa mesma sociedade eleva à categoria de objetivo máximo a fruição do prazer a qualquer custo, aí incluída a diversão frívola e egoísta, além de dar excessiva importância a qualidades superficiais e efêmeras. Será que tal sociedade hedonista tem em si a semente capaz de gerar crianças e jovens intelectualmente produtivos, pessoalmente esforçados e psicologicamente felizes? Creio ser necessário que todos os segmentos sociais competentes para influenciar valores e comportamentos, como escolas, meios de comunicação, organizações não-governamentais e também governamentais, associações, têm de buscar a resposta para essa pergunta.

Quando se trata do tema "tráfico e da exploração sexual de meninos e meninas", é comum haver preocupação com as vítimas, que precisam ser resgatadas, e com os que lucram de alguma forma, os quais devem ser punidos. No entanto tem muita responsabilidade no incremento dessa atividade criminosa aquele que não sente pudor de alimentar o comércio de seres humanos em formação, com fins libidinosos. É culpado dessa prática aviltante o homem comum que paga, para manter relações com crianças, R\$ 1,99, quantia que faz referência às lojas que vendem qualquer produto a esse preço, o que poderia ser um indicio de hu-

mor se não fosse uma grave ofensa à vida humana e aos direitos dessas crianças.

Ainda sob a ótica da inserção social, é inquietante a situação econômica dos menores explorados. Nessa perspectiva, não se consideram as questões de gênero, raça e classe, por se verificar grande incidência de mulheres adolescentes negras ou mulatas de baixa renda da periferia tangidas à prostituição. Na posição de seres excluídos a quem se nega o acesso à alimentação, à moradia, à educação, à saúde, crianças e adolescentes que vivem abaixo da linha de pobreza tornam-se presa fácil do mercado de exploração sexual.

Aspectos éticos e culturais exigem uma mobilização de todos. É inconcebível, por exemplo, que, ao mesmo tempo em que promovem programas para prevenir a exploração sexual de crianças, algumas campanhas publicitárias incentivem o turismo com fotos inadequadas de mulheres, atraindo um tipo de turista indesejável, capaz de pagar por aventuras com crianças e adolescentes.

Outro paradoxo é o fato de as emissoras de televisão veicularem apelos governamentais contra essa chaga social e apresentarem, como estratégia para conquistar audiência, imagens indevidas de jovens e meninas, o que acaba por funcionar como reforço a atitudes machistas e discriminatórias daqueles que irão movimentar o mercado sexual infanto-juvenil.

Em vista de tantas e tão graves questões, ao Estado compete, por um lado, coibir e punir as ações criminosas a solapar os direitos das crianças e adolescentes a um presente saudável. Por outro lado, cabe-lhe implementar ações preventivas de tal modo que as famílias tenham condições – com emprego e salário dignos, com acesso à saúde e à educação – de propiciar a seus filhos um ambiente no qual gozem da harmonia e da confiança necessárias para usufruir essa fase da vida, descobrir suas potencialidades e desenvolvê-las na construção de seu futuro.

Na verdade, o alerta para a gravidade da questão não é de hoje. Já há algum tempo, os organismos estatais têm-se debruçado sobre o problema e buscado maneiras de saná-lo. No âmbito internacional, além dos tratados e declarações – como, por exemplo, o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil e a Convenção de Palermo –, é ur-

gente estabelecer metas conjuntas de enfrentamento do tráfico, mormente entre os países que partilham fronteiras, e do turismo sexual, sobretudo em relação aos países europeus.

Dentro de seu território, ainda que o Brasil possa orgulhar-se de contar com uma legislação atualizada sob alguns aspectos, urge continuar o aperfeiçoamento das leis (embora eu ache que a questão de maior relevo seja a de fazer cumprir eficazmente as leis já existentes, aperfeiçoando os segmentos governamentais e não-governamentais competentes para prevenir e reprimir ações ilícitas), mais ainda quando se sabe que várias delas datam dos anos quarenta e que, nestas seis décadas, houve mudanças significativas na estrutura social. Os crimes de natureza sexual aqui cometidos contra crianças e adolescentes estão a reclamar políticas públicas e a atuação imprescindível da sociedade civil organizada – o dever é antes de tudo da sociedade e do Estado – para medidas urgentes a fim de prevenir, coibir e, quando for necessário, punir severamente a exploração sexual de menores de dezoito anos.

Neste seminário se verá que muito tem sido feito, mas se verá também que há muito mais por fazer. A hora é de ação. Que a lei, a nossa determinação e desejo de viver numa sociedade saudável ajudem-nos a restituir a nossas crianças e adolescentes, em seu tempo, o sonho da infância e a beleza da adolescência.

ABSTRACT

The author draws attention to the increasing number of cases of children and adolescents' traffic and sexual exploitation involving victims of lower and lower ages, thereby bringing about great repulse in society.

He points out that, despite the existence of rules of law for the child and adolescent's healthy development, their effectiveness has still been too precarious.

He states that the exploited minors' economic situation is "uneasy", as they are considered "excluded" from the socializing process, without any access to proper food, housing, school and health.

At last, he considers it to be up to the State and international organizations to search for solutions, by establishing aims, to prevent and restrain infant-juvenile traffic and sexual exploitation, especially those concerning Brazil and European countries.

KEYWORDS – Child; adolescent; traffic; minor; sexual abuse; exploitation; State.

Ministro Nilson Naves é Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.